ERICK ANJOS ROZA

Conseqüências Sociais do Racismo no Brasil

Resumo

As questões sociais que envolvem os pretos no Brasil, são questões que vem sendo percebidas pela história há muito tempo atrás, vindo da escravidão que já deixou essas pessoas com um atraso cultural, e social, desfiguramos a cultura africana por causa da escravidão que implantamos a eles, depois ainda foi implantada uma lei de abolição que de nenhuma forma deu um suporte para que essas pessoas saíssem de uma situação de escravidão para entrar na sociedade com a menor desvantagem possível. Mas além de uma desvantagem ainda pé instituído um preconceito com as pessoas preta do Brasil, o racismo é claro e influencia a situação social delas, que vivem com subempregos, são colocados apenas a serviços que utilizam a força física, e a trabalho domestico, mesmo não sendo mais escravos eles ainda estão atribuídos a serviços que escravos desempenhavam. A exclusão social faz parte da vida dessas pessoas, que vivem sem emprego, em condições insalubres, sem estudo e saúde de qualidade, com todas essas situações contra a sobrevivência deles a criminalidade é um caminho, assim tudo isso que foi colocado aos pretos volta contra sociedade.

Palavras-Chave: Questão social, Preto, Escravidão, Criminalidade, Atraso Cultural.

Introdução

A questão do racismo no Brasil, não é vista como algo tão presente, e muitas pessoas acreditam que ele não está tão em evidência. Quando citamos que esta exclusão é coisa do passado e hoje em dia os pretos têm mais oportunidades e podem mudar de vida, mas veremos que as questões históricas passadas influem e muito no presente vivido pelos pretos. O racismo, a escravidão e uma lei de abolição instituída sem suporte algum a eles influem e muito para a atual condição que vive, e essas atitudes passadas voltam para a sociedade em problemas sociais visíveis e que podem retornar como ações violentas, alta taxa de desemprego. As questões presentes no nosso tempo também os deixam em desvantagem, além de estar carregada por situações anteriores, a questão racismo influi diretamente no desenvolvimento de crianças e adolescentes, colocando-os em situação precária com estudo, saúde e deixando esta pessoa à margem desta sociedade que se diz igualitária. (BERNARD, 1994. SCHWARCZ, 2001. DOROTEU, 2012. CAMPO, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 204).

1. Preconceito

O preconceito é o ato de prejudicar alguém, ou alguma cultura em geral, se tira uma visão sem embasamento teórico nenhum, apenas uma opinião própria que não leva em consideração os fatos que o conteste. A pessoa que é preconceituosa se fecha em sua própria opinião, sem colocar outra visão contra a sua para assim formar uma opinião final da questão, ela fica impedida de abertura para novos conhecimentos, não busca a fundo entender a cultura, ou o modo de ser de uma única pessoa, para assim formar uma avaliação concreta e aprofundada da questão.

É interessante notar o caráter de inflexibilidade que está embutido no termo: o indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É, pois, uma posição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão, o que poderia levá-los à reavaliação de suas posições. (BERNARD, 1994, p. 09).

É por este motivo que nenhuma pessoa que tem o preconceito assume a sua posição sobre o assunto, ela não aceita ser vista como uma pessoa preconceituosa, fechada, por isso tenta de várias maneiras se explicar como não preconceituosa diante das pessoas que não seguem um padrão de vida, ou de

atribuições físicas que para ela são naturais, ou normais. O racismo, tema a qual veremos, é um tema antigo, que não é só diretamente usado para com os pretos, mas com varias outras etnias que são colocadas como inferiores para a sociedade, que se julga mais evoluída intelectualmente.

2. Racismo

O primeiro ponto de definição de racismo é de que existem certas raças que são inferiores a outras, permitindo assim uma segregação racial e até um extermínio desta raça inferior. Afirma-se então por esta base, que existem raças que são inferiores umas a outras, mostrando-se contra uma miscigenação, pois assim estariam estas de raças superiores.

Em principio, racismo é a teoria que sustenta a superioridade de certas raças em relação a outras, preconizando ou não a segregação racial ou até mesmo extinção de determinadas minorias. Segundo o dicionário Frances Petit Robert, a teoria racista leva inevitavelmente à necessidade de ser “preservada a raça dita superior de qualquer cruzamento e ao direito de [essas raças] dominar outras. (BERNARD, 1994, p. 11).

A distinção de raças era unicamente usada para o mundo animal. Esta denominação entra mais tarde no meio do ser humano, mas qual q real intenção de distinguir raças humanas? Bom, pode ser explicada pelas descobertas de novos continentes feitas pelos europeus. Quando chegando ao continente Africano e Americano, os europeus criam a opinião de que os povos daquela civilização antes desconhecida eram atrasados culturalmente e intelectualmente, assim se vê que os europeus colocam os africanos e americanos em um patamar abaixo do deles, com isso pode se colocar que estas duas raças diferentes, de índios americanos e pretos africanos, são inferiores, podendo assim justificar a dominação e escravidão destas raças consideradas inferiores. Por que se existem raças inferiores, e que mais se igualam a de animais não haveria mal algum nesta dominação e escravidão.

Já se pode depreender daí que o racismo tem sua origem a partir de um objetivo prático. No caso: Justificar as atrocidades dos espanhóis e dos portugueses, que se arrogavam o direito de explorar os povos “descobertos”. Que mal poderia haver em escravizar os índios, se eles eram

seres inferiores, colocando-se em dúvidas se possuíam alma? Eis como se estrutura o racismo: primeiro se estigmatiza o grupo que se quer discriminar e depois se tira proveito desta estigmatização. Do mesmo modo se procedeu em relação à escravidão africana. Construiu-se primeiramente a ideologia da inferioridade natural dos negros e depois se legitimou a instituição escravocrata. (BERNARD, 1994, p. 11).

3. Escravidão

O Brasil carrega com si a sina de ser o último país das Américas a abolir a escravidão, o tráfico negreiro teve início na metade do século 16 e teve fim oficial no ano de 1850 é estimado que 3,6 milhões de pessoas tenham sido importados da África. O termo escravidão é identificado quando um homem tem a posse de outro, com esta tamanha quantidade de pessoas vindas do continente africano, é inevitável a alteração da cor de pele das pessoas, os costumes e também a estrutura desta sociedade.

Um deslocamento dessa monta acabou alterando cores, costumes, e a própria estrutura da sociedade local. A escravidão, em primeiro lugar, enquanto regime que supõe a posse de um homem por outro... (SCHWARCZ, 2001, p. 38).

A partir desta prática, se forma uma hierarquização social no Brasil, escravo preto ficou com o trabalho manual todo para ele, sofria também castigos assim disseminando a violência nesta sociedade desigual. Além disso os africanos eram tirados de suas terras, separados de sua pátria, assim acabavam virando sem laços, ficavam ignorantes sem entender a língua e os costumes para onde estava indo, eram sujeitos sem corpo sem antepassados sem família sem nome, sobrenome e sem os bens que tinham em seus respectivos países. Eles eram tratados como animais, eram bens de outras pessoas que se diziam na autoridade de serem donos deles, assim podiam ser leiloados, penhorados ou hipotecados, ficava distante de suas religiões tradicionais, pois quando chagado ao novo país, no caso o Brasil, já eram batizados.

4. Abolição da Escravatura

A abolição da escravatura foi oficializada em 1888 com a lei áurea, mas anteriormente a esta lei que, pois fim a escravidão dos negros africanos, foram

instituídas mais duas anteriormente que já de alguma forma desenhavam o fim da escravidão no Brasil, são elas a Lei do ventre livre (ou Lei Rio Branco) “foi acima de tudo uma manobra política para acalmar a oposição, logo após o final da Guerra do Paraguai. A medida libertava os escravos que nascessem após a data de sua promulgação – havidos como ingênuos -, mas não suas mães. Por isso mesmo, os menores ficavam com a mãe até os oito anos, quando o senhor optava entre receber do Estado uma indenização – no valor de 600 mil-réis – e utilizar os serviços do menor até os 21 anos” (SCHWARCZ, 2001, p.44). A segunda lei abolicionista criada foi a “Lei dos Sagenarios” “de tão vergonhosa, foi contestada já na época de sua promulgação... dava liberdade aos escravos maiores de 60 anos e previa possibilidade de o prazo ser estendido até os 65 anos. Ora, sabemos que a média de vida dos trabalhadores no campo variava de dez a 15 anos e que escravos com 30 anos eram freqüentemente descritos por seu aspecto senil, cabelos brancos, e boca desdentada” (SCHWARCZ, 2001, p.44 e 45). A última lei, e por fim, instituída foi a lei áurea “... selava uma sorte que já estava determinada faz algum tempo. Na verdade, quando em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel aboliu a escravidão, muitos cativos já haviam concretizado sua liberdade, sem terem aguardado pelo ato. Desde a década de 1880, o movimento de fuga de escravos acelera-se, e passa a ser comum a ler nos jornais que um grande proprietário adormecera com toda a sua escravaria bem guardada nas senzalas e acordara sem nenhum cativo.” (SCHWARCZ, 2001, p. 45).

Após a abolição da escravatura os pretos africanos saíram das terras e não tinham um destino certo para onde ir, do que fazer, não ouve uma preocupação com do que eles iriam sobreviver, onde iriam morar, se teriam um emprego remunerado a partir daquele momento. Eles foram jogados ao relento, sem vez sem voz, não tinham instrução, não tinham estudo, escolaridade, estavam despreparados para conseguir a tal liberdade, foram soltos no mundo para a busca de algo melhor, mas estavam em uma concorrência desigual, não tinham preparação emprego, e não conseguiriam brigar de igual para igual com a mão-de-obra imigrante que crescia no Brasil, deixando assim mais em desvantagem os pretos que se viam sem direção num Brasil que os tinha libertado.

O Resultado imediato desta versão organizada e pretensamente cordada de nossa libertação dos escravos foi jogar uma imensa população, despreparada e pouco instruída, num processo de competição desigual,

sobretudo com mão-de-obra imigrante que afluía ao país desde os anos de 1870. De toda maneira, atrasada ou não, o certo é que a abolição era “vendida” como um presente e, enquanto tal, uma dádiva não-negociada. O problema foi que se dissimulou um processo de confronto, para se investir numa imagem de superação lenta, ordenada, gradual, e controlada pelo estado (SCHWARCZ, 2001, p. 46).

5. Exclusão Social

Com o fim da escravidão, e com os escravos sem suporte nenhum da sociedade brasileira, como já foi dito, era evidente que eles estariam à margem da sociedade, ou seja, estão intensamente diante de uma exclusão social.

Exclusão social “pode ser encarada como um processo sócio histórico caracterizado pelo recalçamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as estâncias da vida social. Gerando profundo impacto na pessoa humana, e em sua individualidade (DOROTEU, 2012).

Com a instituição do sistema capitalista, fica bem mais evidente esta problemática, pois existe uma desvalorização do trabalhador, como salários baixos que mal podem suprir as necessidades básicas de cada cidadão, além é claro da questão salarial, existem empecilhos que este sistema ao longo tempo vem criando, é muito cotidiano ouvirmos dizer que o Brasil não tem mão de obra qualificada para assim exercer certas funções em uma empresa. Como já diz Marx, existe também um exército de reserva, que é fundamental para o sistema capitalista, que precariza ainda mais a situação do trabalhador, pois existem muitas pessoas que estão desempregadas esperando uma vaga, assim o trabalhador se sente pressionado, e o empregador assim não valoriza o trabalho dele.

Com toda esta problemática em torno da questão empregatícia, são acarretados outros fatores que colocam o cidadão preto, e pobre em meio a uma exclusão social, sem emprego ele não consegue garantir o sustento dele, e de seus familiares, não podem também garantir uma moradia, e assim como os escravos libertos acabam sendo obrigadas a buscar lugares mais distantes e sem saneamento básico, como as favelas. Se no caso tiver uma criança em esse meio, é fatal o desinteresse a escola, que tem ensino e estrutura precários, pela situação social que estas crianças enfrentam e muito difícil o interesse delas ao estudo. Outro fator que pode ser citado é a questão da entrada destas pessoas na criminalidade, pois não recebendo o que lhes teria que ser dado direito e não tendo uma

oportunidade real da sociedade brasileira, pode se dizer que é quase inevitável essas pessoas usarem pela forma de roubos para buscar o seu sustento o dos seus.

“Outro conceito de exclusão social aplicável à realidade de uma sociedade capitalista é que dada pelo autor Martine Xiberas (1993): “excluídas são todas as que não participam dos mercados de bens materiais ou culturais”. Portanto, são excluídas as pessoas que não têm acesso a seus Direitos Fundamentais, pessoas que não podem se alimentar, não pode ter um lar, não recebe oportunidade de acesso à educação e não podem fazer jus a todas as garantias que lhes são conferidas pela Constituição Brasileira (DOROTEU, 2012).”

A exclusão feita em meio à sociedade pode ser vista como retirar pessoas que não acrescentam algo a sociedade, e não fariam diferença, deixando elas praticamente ausentes e sem opinião sobre questões políticas, fora da vida social, e também economicamente falando.

Ao invés da situação de inclusão representada por algumas sociedades primitivas (antropofágicas), passou a ganhar maior relevância às características antropoêmicas (*emein*, do Grego: *Vomitar*), que sinalizam a possibilidade de expelir do seu interior tudo o que seria considerado como Desviante. Estes seriam, então, conservados fora da sociedade, praticamente ausentes da vida Social, política e econômica. (CAMPO, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 2004, p 28).

A situação de ter não ter influi nesta questão, não ter como “não ter acesso a terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficientes para atender às necessidades básicas e assim por diante” (CAMPO, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 2004, p 29).

Mas esta exclusão pode ser mais ampla e ir mais além “... Vai além da situação singela de não ter. Trata-se, na realidade, dos constrangimentos do ter, o que torna o fenômeno da exclusão social uma temática do ser muito mais do que simplesmente ter” (CAMPO, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 2004, p 29).

Ela então se torna uma questão política e econômica a partir daí, pois algumas pessoas têm, por exemplo, trabalho, terra, saneamento, outros não tem e vivem em situações precárias sem renda, sem terra e em alguns casos podem chegar a nunca ter ficando a margem por gerações a mesma família.

Assim, a exclusão social assume características de natureza política e econômica, fazendo com que alguns seguimentos sociais sejam algo porque têm, enquanto outros sejam porque não têm e, possivelmente, jamais serão, pois nunca terão. Em síntese, as raízes da exclusão social encontram-se inseridas nos problemas gerais da sociedade. (CAMPO, POCHMANN, AMORIM, SILVA, 2004, p 29).

Considerações Finais

Contudo podemos notar que questões históricas podem influir e muito na vida social das pessoas, os pretos sofreram primeiro com a escravidão, e depois da abolição foram colocados no mundo sem suporte, e ainda por cima encontraram pela frente um mundo capitalista, que é individual e não valoriza o trabalhador, eles carregam estigmas de serem trabalhadores apenas de força física ou para fazerem serviços domésticos. Nos problemas que acontecem contemporaneamente, alguns ainda são reflexos de não ter havido um apoio para realmente abolir a escravidão, como o preconceito e racismo tiram essas pessoas do âmbito social, retirando do mercado de trabalho, não tendo condições de sobrevivência mínimas, não tem estudo e saúde de qualidade, vivendo em lugares insalubres, ou seja, até as questões taxadas como direitos de todos os cidadãos não são dadas a estas pessoas, eles estão em uma exclusão social evidente. Todos estes temas citados voltam para a sociedade como problemas também, a criminalidade é o mais forte deles, as pessoas se vêm sem condições de sobrevivência e buscam uma forma de poderem sobreviver, e a criminalidade pode ser um deles, o governo e a alta classe do nosso país não se preocupam em tirar estes pretos desta situação onde estão para eles é mais cômodo deixar de lado, e colocar punições a eles se cometerem algum crime no futuro, é preciso entender que a história esta ainda influenciando nesta parte da sociedade como em outras, e enquanto acharmos que esta questão e de individualidade de todas as pessoas que esta em uma situação desta não terá solução a exclusão que os pretos sofrem.

Bibliografia

Bernard, Zila. Racismo e Ant. Racismo, Coleção Polemica, 1994, p. 9,11.

Schawarcz Lilia Mortiz. Racismo no Brasil, Folha explica, 2011, p. 38, 44, 45,46.

Campo, André. Porchmann, Marcio. Amorim, Ricardo. Silva, Ronnie. Atlas da exclusão social no Brasil volume dois, 2004, p. 28,29.

Doroteu. Âmbito Jurídico. Disponível em:

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11816

(2012)